

Revista Eletrônica de Educação



A sua Universidade em Londrina

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO

Ano II - nº 03- Agosto a Dezembro de 2008

ISSN 1981-9161

CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

EDITORES

Prof.^a Ms. Marta Regina Furlan

Prof.^a Ms. Karina de Toledo Araújo

CONSELHEIROS

Prof. Dr. Rovilson José da Silva (UniFil)

Prof.^a Ms. Miriam Maria Bernardi Miguel (UniFil)

Prof.^a Ms. Adriana Cristina Dias Locatelli (UniFil)

Prof. Ms. José Antônio Baltazar (UniFil)

Prof.^a Ms. Patrícia Martins C. Branco (UEL/UniFil)

Prof.^a Ms. Angela Maria de Sousa Lima (UEL)

Prof.^a Ms. Maria Elisa Pacheco (PUC-PR)

Prof.^a Ms. Silvia Helena Carvalho

Prof.^a Ms. Simone Varela (UNIOESTE)

Prof.^a Dra. Adreana Dulcina Platt (UEL)

Prof. Dr. Gilmar Aparecido Altran

SECRETARIA

Juliana Prado Lopes

REVISÃO

Thiago Tomasin Biazin

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO

Ano II - nº 03- Agosto a Dezembro de 2008

ISSN 1981-9161

Reitor

- Dr. Eleazar Ferreira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

- Prof.^a Dra. Georfravia Montoza Alvarenga

Coordenador de Controle Acadêmico

- Prof. Paulo da Silva

Coordenadora de Ação Acadêmica

- Laura Maria dos Santos Maurano

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

- Prof.^a Dra. Damares Tomasin Biazin

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

- Prof. Ms. Jose Gonçalves Vicente

Coordenador de Projetos Especiais e Assessor do Reitor

- Prof. Ms. Reynaldo Camargo Neves Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Coordenador de Publicações Científicas e Coordenador Geral Acadêmico de EAD

- Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Coordenador Gerl do NUCLEad

- Prof. Joseval Lana Braga

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO

Ano II - nº 03- Agosto a Dezembro de 2008

ISSN 1981-9161

COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

- Administração - Prof. Ms. Luís Marcelo Martins
- Arquitetura e Urbanismo - Prof. Ms. Ivan Prado Junior
- Biomedicina - Prof. Esp. Eduardo Carlos Ferreira Tonani
- Ciências Biológicas - Prof. Dr. João Antônio Cyrino Zequi
- Ciências da Computação - Prof. Ms. Sérgio Akio Tanaka
- Ciências Contábeis - Prof. Esp. Eduardo Nascimento da Costa
 - Direito - Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva
 - Educação Física - Prof. Ms. Écliton dos Santos Pimentel
 - Enfermagem – Prof.^a Ms. Rosângela Galindo de Campos
 - Farmácia – Prof.^a Dra. Lenita Brunetto Bruniera
 - Fisioterapia – Prof.^a Dra. Suhaila Mahmoud Smaili Santos
 - Nutrição – Prof.^a Ms. Ivoneti Barros Nunes de Oliveira
 - Pedagogia – Prof.^a Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira
 - Psicologia – Prof.^a Dra. Denise Hernandes Tinoco
 - Secretariado Executivo – Prof.^a Esp. Izabel Fernandes Garcia Souza
 - Sistema de Informação - Prof. Ms. Sérgio Akio Tanaka
 - Teologia - Prof. Ms. José Martins Trigueiro Neto
 - Turismo – Prof.^a Esp. Michelle Ariane Novaki

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO

Ano II - nº 03- Agosto a Dezembro de 2008

ISSN 1981-9161

EDITORIAL

A Revista Eletrônica de Educação chega ao seu terceiro número com uma diversidade ainda maior de temáticas e autores, caminhando assim para sua consolidação. Com artigos que abordam temas vinculados a áreas como psicologia, história e literatura, reforça a tendência interdisciplinar da educação, proporcionando o diálogo entre as áreas, sempre respeitando os limites e incentivando o debate acadêmico. Em relação a diversidade institucional, além dos profissionais que atuam na UniFil, temos aqui artigos de autoria de profissionais e formados em instituições dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Desejamos a todos boa leitura e aguardamos sua colaboração.

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães
Presidente do Conselho Editorial

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO

Ano II - nº 03- Agosto a Dezembro de 2008

ISSN 1981-9161

R349

Revista Eletrônica de Educação, v.1, n.1, ago.;dez. 2007.- Londrina: UniFil, Rev2007.

RevSemestral

RevRevista da UniFil - Centro Universitário Filadélfia.

RevISSN






Rev1. Educação superior - Periódicos. I. UniFil - Centro Universitário Filadélfia

CDD 378.05

Bibliotecária responsável Thais Fauro Scalco CRB 9/1165

Normas para Publicação – Revista de Educação da UniFil

A Revista Eletrônica de Educação é uma publicação semestral da UniFil, que tem por finalidade, divulgar artigos científicos, estimular reflexões e debates entre profissionais e pesquisadores de educação e de áreas afins. Um artigo encaminhado para publicação deve obedecer às seguintes normas: 1 Estar consoante com as finalidades da Revista. 2 Ser redigido em língua portuguesa e digitado em espaço 1,5 (um e meio), papel tamanho A4, mantendo a configuração e formatação de acordo com as normas da ABNT. Recomenda-se que o número de páginas não ultrapasse a 15 (quinze). 3 Serão publicados trabalhos originais que se enquadrem em uma das seguintes categorias: 3.1 **Artigo de Revisão Bibliográfica**: destinado a englobar os conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação da bibliografia pertinente. 3.2 **Relato de Pesquisa**: apresentação de investigação sobre questões direta ou indiretamente relevantes ao conhecimento científico, através de dados analisados com técnicas estatísticas pertinentes. 3.3 **Resenha**: não poderá ser mero resumo, pois deverá incluir uma apreciação crítica. 4 **Redação**: 4.1 Nos casos de relato de pesquisa, embora permitindo liberdade de estilos aos autores, recomenda-se que, de um modo geral, sigam à clássica divisão: Introdução - proposição do problema e das hipóteses em seu contexto mais amplo, incluindo uma análise da bibliografia pertinente; Metodologia - descrição dos passos principais de seleção da amostra, escolha ou elaboração dos instrumentos, coleta de dados e procedimentos estatísticos de tratamento de dados; Resultados e Discussão - apresentação dos resultados de maneira clara e concisa, seguidos de interpretação dos resultados e da análise de suas implicações e limitações. 4.2 Nos casos de Artigo de Revisão Bibliográfica e Resenhas, recomenda-se que os autores observem às tradicionais etapas: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. 5 **Deve ser encaminhado por e-mail, para: revistadeeducacao@unifil.br**. 6 O artigo deverá apresentar título, resumo e palavras-chaves em português e título, abstract e keywords em inglês. 7 Deve indicar, por uma chamada de asterisco, em nota de rodapé, a qualificação profissional do(s) autor(es), com acréscimo dos respectivos e-mails para que ocorram possíveis contatos por parte dos leitores. 8 O sistema de chamada para citações deverá ser o alfabético (autor data). As referências deverão ser listadas em ordem alfabética, ao final do artigo, respeitando a última edição das normas da ABNT. A publicação do trabalho nesta Revista dependerá da observância das normas e recomendações acima sugeridos, da apreciação por parte do Conselho Editorial e dos pareceres emitidos pelos Consultores. Serão selecionados os artigos apresentados de acordo com a relevância a atualidade do tema, com o número de artigos por autor, e com a atualidade do conhecimento dentro da respectiva área.

- O desafio da educação nos dias de hoje: uma reflexão a partir do artigo "Tatuando o desamparo" e do filme "Pro dia nascer feliz" 
(THE CHALLENGE OF EDUCATION NOWADAYS: IT'S A REFLECTION FROM THE ARTICLE "TATUANDO O DESAMPARO" AND THE FILM "PRO DIA NASCER FELIZ")
André Barbosa Fraga
- Bolsa-Família, Educação e Cidadania 
(Bag-family, Education E Citizenship)
Roberto Carlos Simões Galvão
- Programa de intervenção com educadores do projeto sócio-educativo da cidade de Londrina 
(Intervention Program with Educators of the Social-Educative Project of the City of Londrina)
Anthônia de Campos; Luciana Gusmão
- São Paulo 1932: Uma explosão em busca de novos rumos 
(SÃO PAULO 1932: AN EXPLOSION IN SEARCH FOR NEW DIRECTIONS)
Agnaldo Kupper
- A formação de leitor no ensino fundamental: os parâmetros curriculares nacionais e o cotidiano das escolas 
(THE READER FORMATION IN BASIC EDUCATION: THE NATIONAL CURRICULAR PARAMETERS AND THE DAILY ROUTINE AT PRIMARY SCHOOLS.)
Maria Fernanda Melendes; Rovilson José da Silva

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ

THE CHALLENGE OF EDUCATION NOWADAYS : IT'S A REFLECTION FROM THE ARTICLE TATUANDO O DESAMPARO AND THE FILM PRO DIA NASCER FELIZ

André Barbosa Fraga^{*}

RESUMO: O presente artigo se propõe a discutir os desafios que a educação vem enfrentando nesse começo de século XXI, no Brasil. A partir do artigo *Tatuando o desamparo*, de Joel Birman, e do filme *Pro dia nascer feliz*, do diretor João Jardim, propomos uma reflexão sobre o papel da escola nos dias de hoje e sobre a mudança nos valores de nossa sociedade.

PALAVRAS CHAVES: Educação; Escola; Mudança nos Valores de nossa Sociedade; Pós-Modernidade.

ABSTRACT: In this article we can discuss the problem of education in the beginning of the XXI century in Brazil. Taking the article *Tatuando o desamparo*, by Joel Birman, and the film *Pro dia nascer feliz*, by João Jardim, we propose a reflection about the aims of school nowadays and the changes of the worth of our society.

KEY WORDS: Education; School; The Changes of the Worth of our Society; Post-Modernity.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é o de produzir um diálogo, uma relação, entre o filme *Pro dia nascer feliz*, do diretor João Jardim e o artigo *Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade*, de Joel Birman. Para tal, iremos utilizar a seguinte metodologia: primeiramente, vamos tentar definir as principais idéias e questões presentes no texto de Joel Birman.

Feito isso, partiremos para o filme *Pro dia nascer feliz*, com a mesma preocupação que destinamos à produção anteriormente citada, ou seja, nos perguntando que questões essa obra suscita. Por fim, tendo uma apreciação geral das duas obras destacadas, o artigo e o filme, partiremos para a finalização do presente trabalho através de uma comparação entre os dois. Em suma, nesse

^{*} Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: andrebfraga@yahoo.com.br

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

momento tentaremos entender como o artigo traz elementos esclarecedores no sentido de uma compreensão do filme.

No mais, para encerrar essa introdução, gostaríamos de fazer uma pequena consideração a respeito dos títulos dados as duas obras que iremos trabalhar ao longo das páginas a seguir. Reza a máxima de que não podemos julgar um livro pela capa. A mesma lógica pode ser usada para um título. No entanto, ainda assim, este pode dizer muito a respeito de uma obra.

Em nosso caso, que relação pode haver entre *Tatuando o desamparo* e *Pro dia nascer feliz*? O primeiro dá a impressão de algo de difícil solução. A juventude estaria desamparada, perdida. A princípio transmite uma idéia pessimista de futuro. Já o segundo é o oposto, propaga um pensamento mais otimista, há uma esperança, é possível que em algum momento o dia nasça feliz. Por enquanto, fiquemos com essa exposição. Nós vamos voltar aos títulos no final do artigo.

2. TATUANDO O DESAMPARO: A JUVENTUDE NA ATUALIDADE, DE JOEL BIRMAN.

Como o próprio título do artigo já deixa transparecer, o autor objetiva entender que questões estão implicadas ao se pensar no conceito de juventude nos dias de hoje.

Os seus argumentos vão sendo construídos tendo como base a idéia de que não devemos naturalizar o conceito de juventude. Esta última é uma categoria eminentemente histórica, portanto, suas características se modificaram ao longo do tempo. Não devemos pensar esse conceito como uma imagem pronta, eliminando a historicidade própria desse fenômeno. Dessa forma, Joel Birman vai notar que o conceito de juventude: "... foi recentemente subvertido, de maneira evidente, de forma que aquilo que era descrito outrora como sendo a juventude não pode ser retomado *ipse littere* na atualidade. Isso porque a temporalidade da juventude se alterou de maneira substantiva, seja na

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

transformação da infância que a precede, seja na idade adulta que a sucede" (BIRMAN, 2006, p. 25-26).

No período histórico atual, a adolescência teria sofrido um processo de alongamento. Ela, no que se refere à tradição brasileira, começa hoje bem mais cedo do que algum tempo atrás, além disso, também estendeu seu período de duração, prolongando-se pela época de vida que outrora era denominada de idade adulta.

Joel Birman parte então para a leitura da juventude hoje, procurando entender o processo que a levou à sua recente extensão temporal. No entanto, para poder entender as transformações que se evidenciam na juventude atualmente, há que se partir do modelo presente nos anos 50 e 60 do século XX. A juventude desse período, para o autor, representa não só o modelo antigo, mas também é a responsável pelas transformações necessárias para dar origem ao modelo novo.

A adolescência, no início dos anos 1960, começava mais tarde do que o que ocorre atualmente, e terminava mais cedo em comparação aos nossos dias. Por sua vez, a infância tinha uma duração mais acentuada do que hoje. As décadas de 50 e 60 foram o momento de transformação radical não só na sociedade brasileira, mas no contexto internacional.

Os nossos jovens, desse tempo, subverteram as relações com o corpo e a sexualidade; enunciaram que era proibido proibir; conjecturaram para si a posse do poder político; buscaram freneticamente aventura; impulsionaram a cultura do risco e da rebeldia. Enfim, viraram o mundo de ponta-cabeça. Podemos somar a isso o fato de que a sociedade deslocou-se do campo para a cidade, tornando-se eminentemente urbana e industrial; a ordem familiar foi subvertida; estourou a revolução feminista e a invenção dos anticoncepcionais.

Essas transformações fizeram com que a adolescência terminasse mais cedo. O espírito contestador levou os jovens a romperem o quanto antes com a dependência que tinham dos pais, passando cedo para a idade adulta.

Com o passar do tempo, chegamos às últimas décadas do século XX e à primeira do século XXI. Nesse período, as transformações foram se tornando

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

cada vez mais acentuadas. Joel Birman pinta o quadro atual como de desamparo por parte da juventude. Ele destaca as seguintes características, presentes na sociedade de hoje, que influenciam a nossa juventude: aumento da exigência da performance imposta aos jovens; crianças preocupadas com o futuro precocemente; configuração de um mundo que enfatiza excessivamente a rivalidade; ausência da presença dos pais, por conta do mercado de trabalho, junto ao filho no transcorrer do dia; sentimento de abandono por parte dos jovens; juventude entregue à cultura da televisão etc.

Não foi preciso descrever todas as características destacadas pelo autor, pois justamente na IV parte do trabalho nos aprofundaremos mais em relação a isso. O que deve ficar registrado neste momento é que o autor chega à conclusão de que a juventude atual está inserida num contexto social de falta de horizonte para o futuro. Diz ele: "Pode-se reconhecer em tudo isso, enfim, o desamparo (BIRMAN, 2001, 2003) que caracteriza a juventude hoje, que inscreve e marca dolorosamente no seu corpo, lancetado pelas tatuagens, a sua condição psíquica torturada" (BIRMAN, 2006, p. 42).

3. PRO DIA NASCER FELIZ, DIREÇÃO DE JOÃO JARDIM

Esse documentário é o segundo longa-metragem de João Jardim, o primeiro foi *Janela da Alma*, que recebeu 11 prêmios nacionais e internacionais. *Pro dia nascer feliz* foi premiado com quatro kikitos no Festival de Gramado de 2006 e eleito o melhor filme pelo júri popular na 29ª mostra Internacional de cinema de São Paulo.

João Jardim, através desse filme, mergulha no universo educacional brasileiro, apresentando um panorama sobre as adversidades enfrentadas por nossos adolescentes. Através de uma produção cuidadosa, o longa em questão consegue transmitir um retrato humano e nada demagógico das instituições de ensino no Brasil.

O filme traça um painel sobre o estado da educação em nosso país, através de depoimentos emocionantes de jovens do ensino médio, filmados em

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

seis escolas brasileiras de diferentes regiões e classes sociais do país. Foram ouvidos alunos de escolas da periferia de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, além de dois renomados colégios particulares, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro.

Através de seus relatos, esses adolescentes de 14 a 17 anos, ricos ou pobres, compartilham as situações que enfrentam dentro da escola. O documentário dá voz a esses jovens, possibilita-os falar de seus projetos e inquietações. O que percebemos são falas repletas de preconceito, violência, esperança e denúncia. Além disso, os seus relatos também trazem as suas expectativas em relação ao futuro profissional, à família e ao amor.

Porém, o filme não dá voz somente aos alunos; embora em segundo plano, professores também expõem seu cotidiano profissional, ajudando a pintar um quadro completo das desigualdades e da violência no país a partir da realidade escolar.

Não bastassem esses relatos, o filme ainda traz algumas informações sobre o quadro estatístico da educação no Brasil, o que confere um sabor a mais e inclusive estimula e favorece a discussão das questões referentes à educação de nosso país. Podemos dar dois exemplos, dos presentes no documentário, como: "Existem 210 mil escolas no Brasil, 13,7 mil não têm banheiro, 1,9 mil não têm água".

Ou mesmo, a própria abertura do filme que mostra imagens de arquivo da campanha educacional de 1962, lembrando que na época, "de 14 milhões de brasileiros em idade escolar apenas a metade chega a freqüentar aulas e aprender a ler". Uma manchete alardeava que "Na cidade sem escolas, jovens escolhem o crime". Hoje, as estatísticas nos dizem que 97% das crianças em idade escolar entram na escola. Ou seja, os problemas mudaram, não é mais questão de acesso à escola, mas sim que perspectivas a escola oferece aos jovens. Já que com o passar dos anos, muitos abandonam e 41% não concluem a 8ª série.

É provável que o filme comova justamente por não transformar os seus entrevistados em meros personagens de um roteiro, o diretor lhes dá voz

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

para que também contem, de uma forma espontânea, seus dramas íntimos, de algum modo provocados pelo ambiente escolar.

O foco do documentário é subjetivo, com cada adolescente relatando a sua visão e o seu problema pessoal. João Jardim consegue selecionar histórias e personagens fascinantes, abordagens diferentes entre si, mas com algo em comum: adolescentes e suas esperanças e incertezas diante do mundo.

Vale a pena destacar alguns casos. Por exemplo, o de Keila, estudante de 16 anos, moradora de Itaquaquecetuba, em São Paulo, que não tinha vontade de viver: "Antes de entrar no fanzine [jornal do colégio], eu chegava da escola, deitava na cama e ficava o dia inteiro dormindo. Só tomava banho, comia e dormia de novo. Comia até deitada na cama, porque pra mim seria a solução dos meus problemas: morrer. Seria mais fácil o caminho".

Em outro caso, jovens estudantes que matam aula para assaltar, justificam-se dizendo, entre outras coisas, que pessoas famosas, importantes (políticos) roubam milhões e não vão presas.

Do outro lado, o dos professores, uma docente tenta justificar o desinteresse e a falta de seus pares atribuindo a responsabilidade aos alunos, "que não colaboram". Uma professora chega a afirmar que às vezes falta para se recuperar do esforço e do estresse adquiridos nas aulas passadas.

Os professores já estão tão descrentes de seus alunos que nem conseguem reconhecer mais um talento quando ocorre. Já vão pensando, por longa experiência adquirida, que não foi o discente que produziu aquilo, que ele só pode ter copiado de algum lugar.

É o que ocorre com Valéria, estudante de 16 anos, de Manari, Sertão de Pernambuco. É uma menina pobre que lê entre outros autores renomados, Carlos Drummond de Andrade e Vinícius de Moraes e escreve textos e poesias fascinantes. Seus professores, ao invés de incentivarem, chegam a dizer: "você copiou isso de algum lugar que você leu".

Enquanto isso, em outra realidade educacional, nos deparamos com as angústias de jovens de classe média alta, de tradicionais colégios do Rio de

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

Janeiro e de São Paulo, muito exigidos por amigos, professores e pais, e envolvidos em relações de extrema competição e muito pouco afeto.

Em suma, o filme *Pro dia nascer feliz* traz reflexões pertinentes sobre dois principais focos: os jovens e a educação. Mostra a fragilidade e insegurança de nossa juventude, além de discutir questões referentes à educação em nosso país, como: desinteresse dos alunos e professores; falta de estrutura escolar; questões existenciais dos discentes e docentes; e, a que é mais grave, a não visualização de possibilidades futuras através da escolarização.

Algumas críticas têm sido feitas ao filme pelo fato de que ele apenas apresenta o problema, mas não traz soluções. Fica claro que as soluções são dadas pelo filme de forma indireta, na medida em que possibilita em todos os estados que está sendo projetado, discussões, seja entre o cineasta e o público, pais e filhos, professores e alunos etc. Provavelmente, dessas discussões possam sair soluções. O filme contribui ao introduzir a discussão, e onde não há discussão não pode haver solução.

4. EM BUSCA DE UMA RELAÇÃO: COMPARAÇÃO ENTRE O FILME PRO DIA NASCER FELIZ E O ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO: A JUVENTUDE NA ATUALIDADE

A guisa de conclusão vamos, como anteriormente citado, tentar relacionar, nesse momento, o filme e o artigo. Partiremos para tal destacando e nos concentrando em um dos depoimentos do filme. Esse depoimento destacado é bom para se pensar o papel da escola nos dias de hoje e a própria mudança brusca nos valores de nossa sociedade.

Esse discurso que vamos utilizar partiu do depoimento de uma professora. Seu nome é Suzana, e ela diz o seguinte: "Eu não acredito mais na escola nos moldes em que ela existe, sabe, na função que ela tem. Eu acho que ela tinha que ser repensada porque a gente está vivendo numa escola do século passado, né? Ela não cumpre mais a sua função. Hoje, aí fora, tá muito mais interessante, tem muito mais informação, né?". De forma geral, esse desabafo

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

contém a seguinte idéia: o sistema escolar nasceu no século XIX e possuía um objetivo próprio, ou seja, a escola nasce com uma determinada função. Essa última foi moldada com base nos valores do século XIX. Sendo assim, a escola está em crise atualmente, uma vez que os seus valores não são mais compatíveis com os valores da sociedade do século XXI.

Acreditamos ser esta uma explicação plausível e que corrobora em uma tentativa de comparar o filme e o artigo. Portanto, temos por objetivo defendê-la, mas não só, daremos mais alguns passos de forma a ampliá-la. Por fim, tentaremos propor algumas saídas possíveis para a crise.

A escola nasce no século XIX, a partir da Revolução Industrial, e se constitui, dessa forma, através do paradigma da modernidade. Podemos identificar algumas características da escola. A transformação social e cultural delega à escola a função de transmitir e impor uma cultura nacional (transformação dos hábitos).

Dessa forma, a ação pedagógica escolar se desenvolve com o objetivo de uniformizar, padronizar e homogeneizar a multiplicidade das culturas. A escola surge no mesmo momento de formação dos Estados Nacionais e contribui para que estes uniformizassem as diversas etnias que estavam espalhadas por seus territórios.

No entanto, a escola tem a função de propagar não qualquer cultura, mas sim uma cultura específica, dominante, a cultura do pensamento lógico e científico, baseada na escrita e na leitura.

Em *Alienígenas na sala de aula*, Bill Green e Chris Bigum questionam se não existiria nos dias de hoje uma nova subjetividade em curso, uma nova identidade. O mundo seria percebido de uma maneira diferente. Esta nova percepção do mundo estaria ligada às transformações tecnológicas que modificaram a nossa maneira de ver, pensar e sentir.

No lugar da palavra do professor, que reinava absoluta na modernidade, há nos dias de hoje, que alguns consideram como pós-modernidade, alunos com celular mandando torpedos para os colegas. Os autores

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

de *Alienígenas na sala de aula* se perguntam: será que está surgindo uma nova identidade estudantil? Como ela percebe o mundo?

Na pós-modernidade existiriam novas relações no interior da escola. Há a emergência de uma nova cultura: a cultura da mídia. A cultura jovem estaria ligada a: consumo; cultura das "drogas"; globalização; meios de comunicação; tecnologia popular de massa; rock etc. O que está surgindo na identidade dos jovens é um deslocamento da escola/família para a tecnologia de mídia e as "tribos" urbanas.

Na pós-modernidade, há uma desnaturalização da experiência. É um mundo do artificial e da fabricação. Há uma nova concepção de espaço/ tempo. Outro problema que se impõe à escola é que ela lida com a lógica da modernidade (o indivíduo se forma, constrói uma carreira e fica famoso), ou seja, o resultado só é aferido algum tempo depois, não é imediato. Já a pós-modernidade está inserida na lógica do aqui e agora. A modernidade é o tempo da estabilidade e a pós-modernidade é o tempo da instabilidade. A escola tem o objetivo de ensinar a pensar, mas a época atual é da não reflexão, da atomização.

São justamente essas transformações que Joel Birman identifica em seu artigo: "Neste contexto, os jovens ficam inapelavelmente entregues à cultura da televisão, que acabou por ter freqüentemente muito mais efeitos sobre eles do que os discursos escolar e parental. A exposição precoce à sexualidade e à violência se incrementa e se dissemina, provocando, em contrapartida, modalidades novas de sexuação e o engendramento da agressividade. Estas seriam, com efeito, os únicos meios que os jovens encontram para suprir a carência de cuidados e a solidão de suas existências" (BIRMAN, 2006: 38).

Indo além, o autor ainda acrescenta:

Assim, privados psiquicamente da maior presença dos pais na cena familiar, protegidos e ilhados que são pela disseminação da violência urbana, sem poder adquirir instrumentos psíquicos de ir e vir pela falta do domínio do espaço público, a juventude se inscreve num cenário paradoxal. Com efeito, afetivamente privados e fragilizados pelo excesso de proteção, os jovens não podem aprender a se virar. Em decorrência disso, a *infantilização* de sua condição se prolonga, de forma que a adolescência se

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

arrasta para além dos limites desejáveis e invade a idade adulta, de maneira que estas duas fases de existência tendem a se confundir e a se superpor, como já disse inicialmente.

Ao lado disso, a defasagem existente hoje no Brasil entre a grande população jovem e as restrições do mercado de trabalho para incorporá-la aumenta a cada ano. Os impasses econômicos e sociais da sociedade brasileira contemporânea criam um gargalo seletivo, que é preocupante para a juventude, configurando uma situação bastante diferente da que existia nos anos 1960, quando o leque de possibilidades existentes no mercado de trabalho era bem maior (BIRMAN, 2006, p.39).

Com tudo o que vimos até aqui não é difícil perceber como a escola, nos dias de hoje, tem um grande desafio a enfrentar: como adequar valores modernos a uma sociedade que se torna cada vez mais pós-moderna?

Dessa forma, com base no filme e no artigo, podemos chegar a dois principais fatores que estariam levando a essa crise na escola e ao desinteresse dos alunos pela aula. O primeiro seria a própria falta de condições das escolas em oferecer o mínimo de estrutura capaz de estimular os jovens. Muitas delas, como mostrou o filme, possuem uma situação precária e não oferecem conforto.

O segundo seria a mudança de paradigmas, de valores dos adolescentes, incluiríamos aí todos os aspectos já apontados, principalmente no artigo de Joel Birman. Como exemplo podemos dar a opinião de América Campos, integrante do CEE-RJ, publicada na *Folha Dirigida* de 24 a 30 de abril de 2007. Perguntada sobre o desinteresse dos jovens em sala de aula ela respondeu: "acredito que, na realidade, o primeiro fator que contribui para o desinteresse é a criação. A origem desses jovens, sem amor, respeito e educação, faz com que eles fiquem sem saber em quem confiar e o que fazer".

Que medidas deveriam ser empregadas para que saíamos da crise? O que está claro é que o atual modelo da escola não consegue atrair os estudantes. A recente pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro mostrou que o principal fator para a evasão escolar no país é o desinteresse dos estudantes pelas aulas.

No documento consta que 18% dos alunos entre 15 e 17 anos não freqüentam a sala de aula. O principal motivo alegado pelos jovens que estão fora

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

da escola foi o desinteresse, com 45%. Ficando na frente de atividades domésticas que impedem o estudo com 22% e falta de acesso à escola ou transporte com 10%.

Diferente da década de 60, o que falta no Brasil hoje não são basicamente escolas, mas sim uma reformulação nelas para que os jovens voltem a se interessar. Essa mudança deve passar pela melhoria da qualidade de ensino e dos métodos pedagógicos.

No entender de Marcelo Neri, coordenador da pesquisa da FGV e chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da FGV: "há necessidade de um conteúdo pedagógico mais identificado com a realidade dos jovens e também mais eficiente do ponto de vista do mercado de trabalho, com ênfase nas escolas técnicas. Além da promoção de uma maior conscientização de pais e gestores públicos sobre a importância da educação" (FOLHA DIRIGIDA, 2007, p.2).

Portanto, a adolescência é uma transição de inquestionável importância na vida das pessoas, ela marca os indivíduos de forma distinta. Sendo assim, é um erro a escola e o professor se relacionarem com os alunos de forma endurecida, não dar espaço a eles, tratá-los de forma homogênea. O que a escola deve fazer com o seu corpo discente é ampliar a sua visão. É atrair os jovens com atividades que os motivem (artes, música, esporte etc).

É sabido que as instituições de ensino, atualmente, brigam com outras áreas de interesse do aluno, tentando atraí-lo, o que está se mostrando bastante difícil, ficando muitas vezes em último lugar na tarefa de chamar atenção e despertar interesse por parte do aluno. É muitas vezes característica da adolescência a idéia de destruir, de contestar. Os professores devem ajudar os seus alunos a entender essas mudanças, levando um material pelo qual eles se interessem e no qual se envolvam.

Enfim, voltando aos títulos, como tínhamos prometido na introdução, essas medidas sugeridas podem melhorar o sistema atual de ensino. A sociedade tem que tentar fazer com que o dia não nasça desamparado e que não nos tatuemos a infelicidade. Sendo assim, esperamos que as medidas expressas aqui

FRAGA, André Barbosa. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARTIGO TATUANDO O DESAMPARO E DO FILME PRO DIA NASCER FELIZ.

possibilitem que a juventude brasileira tatue o amparo, e para quê? Pro dia nascer feliz.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. Tatuando o desamparo In: CARDOSO, Marta Rezende (Org). *Adolescentes*. São Paulo: Escuta, 2006.

FOLHA DIRIGIDA. Rio de Janeiro. 10 a 16 de abril de 2007. Caderno de Educação. p 2.

_____. Rio de Janeiro. 24 a 30 de abril de 2007. Caderno de Educação. P 6.

GREEN, Bill & BIGUM, Chris. Alienígenas na sala de aula In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Filme: Pro dia nascer feliz. Produzido por Flávio R. Tambellini e João Jardim. Diretor João Jardim. Distribuidora Copacabana Filmes, 2005.

Recebido em: 23 de abril de 2008.

Aprovado em: 23 de junho de 2008.

BOLSA-FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA
BAG-FAMILY, EDUCATION E CITIZENSHIP

Roberto Carlos Simões Galvão¹

RESUMO: O Bolsa-família, programa do governo federal visando promover a educação entre a população de baixa renda, é uma ação paliativa que não altera estruturalmente as perspectivas de inserção econômica e social. Nesse sentido, o presente artigo tenta demonstrar que a contribuição da educação formal para o exercício da cidadania plena, sob o modo de produção burguês, encontra severos limites. Os referenciais teóricos marxistas permitem que façamos uma leitura crítica da realidade objetiva, compreendendo os limites e as perspectivas da interação entre educação e cidadania, seja na sociedade do capital ou mesmo após o advento do socialismo. A sociedade burguesa espera repercussões econômicas da educação e da alfabetização, mas não se pode crer que essas repercussões sejam seu fim primordial.

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentos da Educação, Políticas Públicas, Marxismo.

ABSTRACT: The Bag-family, the federal government's program seeking to promote the education among the population of low income, it is a palliative action that doesn't alter in structural the perspectives of economical and social insert. In that sense, the present article tries to demonstrate that the contribution of the formal education for the exercise of the full citizenship, under the bourgeois production way, finds severe limits. The Marxist theoretical references allow that make a critical reading of the reality it aims at, understanding the limits and the perspectives of the interaction between education and citizenship, be in the society of the capital or even after the coming of the socialism. The bourgeois society waits for economical repercussions of the education and of the literacy, but one cannot believe that those repercussions are your primordial end.

KEY-WORDS: Foundations of the Education, Public Politics, Marxism.

O programa Bolsa-Família, mantido pelo Governo Federal, certamente contribuiu para o resultado das eleições majoritárias no ano de 2006. Como é sabido, naquele ano o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva foi reeleito com ampla maioria dos votos. Com efeito, milhares de famílias carentes, favorecidas pelo Bolsa-Família, acabaram engrossando a fileira dos eleitores do candidato à

¹ Professor de Filosofia na Rede Privada de Ensino, Pós-Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: rcsgalvao@bol.com.br

reeleição. Porém, com Lula reeleito, a formação da cidadania no Brasil continuou rimando com assistencialismo.

Atualmente, os partidos políticos de oposição argumentam que não se está exigindo das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa-Família – que atende 11 milhões de famílias no país – uma contrapartida no sentido de enviar os filhos com idade apropriada para a escola. Afirmam os opositoristas que o referido programa governamental – tal como vem sendo aplicado – acaba gerando uma dependência das pessoas assistidas em relação ao dinheiro enviado pelo governo federal. As famílias, defendem alguns deputados, serão mantidas eternamente na pobreza, posto que seus filhos não estão freqüentando a escola devidamente.

Um número expressivo de políticos e intelectuais, de diferentes partidos e ideologias, acredita que a partir do acesso à educação formal – que em algumas regiões do Norte e Nordeste tende a ser de péssima qualidade – as novas gerações obteriam condições de ascensão social, não mais necessitando da ajuda do governo. Será isso verdade?

A educação de qualidade, sem dúvida, constitui um dos direitos fundamentais que compõem a cidadania. Não existe cidadania plena sem educação. Porém, a possibilidade de ascensão social e o exercício dos direitos fundamentais, tudo isso requer muito mais que o acesso à educação. A vigência dos direitos sociais depende, por exemplo, do pleno emprego, do acesso à saúde e à moradia digna. A falta de investimento nessas áreas tende a proporcionar condições impróprias ao aproveitamento das oportunidades educacionais, quando elas existem.

Os autores mais críticos frequentemente se opõem à chamada “educação para a cidadania”, a qual visa produzir o cidadão burguês, individualista, ordeiro, passivo, indiferente à realidade que o circunda e adaptado ao sistema capitalista. A escola, neste contexto, acaba existindo não para atender ao conjunto da sociedade, mas sim para atender aos interesses da classe dominante. Tem havido também uma forte oposição à idéia de que a educação possa promover a tão sonhada transformação social. De fato não é verdade que a educação transforme a vida das pessoas, conforme vem sendo veiculado, sistematicamente, pela Rede Globo de televisão.

Não é verdade, igualmente, que o aumento dos níveis de escolaridade da população repercute numa maior absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho. Associar o desemprego à falta de formação escolar é, sem dúvida, uma falácia. O mercado de trabalho tem seus próprios mecanismos de produção da desigualdade e da exclusão, nada relacionados à educação.

Se educação e cidadania são expressões que ocupam um espaço importante na mídia, fora desse contexto nada há que possa comprovar a existência de uma real preocupação da elite burguesa com a instrução ou com o estado de pobreza e indignidade em que vive a maioria dos cidadãos brasileiros. Certamente, seria vantajoso para a educação se a crença em seu poder transformador gerasse sólidos investimentos do Estado nesta área. Isto, porém, nunca aconteceu.

Com a reeleição de Lula para a Presidência da República, o ensino básico continuou esquecido pelo Governo Federal, que alega ser esse nível do ensino público uma responsabilidade dos municípios. Lula, nos primeiros quatro anos de governo, investiu na criação de algumas universidades federais e extensões universitárias, entretanto, pouco ou nada fez em favor da melhoria da qualidade do ensino fundamental no Brasil. Até mesmo o Fundo de Educação Básica (FUNDEB), que visava destinar cerca de cinco bilhões de reais para a educação básica, tardou a ser aprovado pelo Congresso Nacional.

As políticas públicas de orientação neoliberal caracterizam bem o atual governo. Os antigos ideais socialistas que fundamentavam a ideologia do Partido dos Trabalhadores foram completamente abandonados. O PT, antes a maior organização política de esquerda no país, hoje se encontra esfacelado em meio à corrupção e às práticas neoliberais adotadas pelo presidente Lula.

Em todas as sociedades capitalistas a educação formal tem permanecido a serviço da grande burguesia, fortalecendo a mercantilização do saber e o individualismo competitivo, ao mesmo tempo em que se perpetua a exclusão econômica de milhões de indivíduos. Nesse contexto, a difusão da educação como mola propulsora para o progresso e para a cidadania, está sendo usada, arditamente, para ocultar as verdadeiras razões da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil.

Na verdade, muitos dos problemas sociais do mundo contemporâneo – onde boa parte da população economicamente ativa encontra-se desempregada ou

subempregada, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho – muitos desses problemas, têm no modo de produção capitalista o seu fundamento e a sua lógica.

Considerando que até mesmo a crise da educação está inserida na crise da totalidade, torna-se evidente que também a solução dos problemas da escola pública exige a solução de problemas sócio-econômicos. Nas palavras de Munoz (2008), “[...] muitos dos grandes problemas da educação não se encontram nos sistemas escolares, mas no entorno sócio-econômico francamente discriminatório”.

É sabido que a solução efetiva da crise mundial implica a superação da sociedade tal como está constituída hoje. Porém, uma classe social – vale dizer, a grande burguesia – não deseja essa transformação. Ora, qual tem sido o interesse dos poderosos grupos econômicos frente à necessidade da distribuição de renda, em um mundo onde uma ínfima minoria é proprietária de quase toda a riqueza produzida?

Numa sociedade injusta e desigual, onde milhões de indivíduos permanecem em condições de extrema pobreza, a cidadania acaba existindo apenas para uma parcela abastada da população. Ora, os males impostos pela crise sócio-econômica, obviamente, não atingem banqueiros, latifundiários e a grande burguesia. Bancos e empresas privadas, vale ressaltar, continuam obtendo lucros astronômicos no Brasil. A riqueza existe, mas está concentrada nas mãos de uma minoria.

Paralelamente à radical alteração do modo de produção burguês, acima proposta, a educação poderá contribuir para que homens e mulheres tornem-se indivíduos emancipados e omnilaterais – verdadeiramente cidadãos – conforme antiga reivindicação dos educadores marxistas.

A teoria marxista não pensa a realidade da educação como algo desligado da história e dos fundamentos econômicos. A educação em Marx é analisada no âmbito da sociedade de classes, considerando as circunstâncias sob as quais agem os homens e considerando, ainda, as condições políticas e econômicas herdadas do passado e que acabam determinando os interesses em jogo.

Para Marx (2002) a formação dos homens se dá no processo de luta de classes. É por meio desse processo que o proletariado desenvolve os fundamentos de uma nova sociedade, com novos valores e uma nova consciência. Por isso é que se diz que a educação verdadeira, emancipadora e libertadora não se restringe à escola. Como lembra Saviani (2005, p.247), “antes da escola a educação coincidia com o próprio processo de existência. Era a própria vida”.

A associação entre educação e produção material, entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre concepção e execução e entre teoria e prática, muitas vezes é apontada como fundamento de uma formação marxista. Trata-se de uma prática pedagógica que promove a associação e a solidariedade entre os homens.

Manacorda (1991, p.75), entende que:

A teoria marxista pressupõe uma práxis educativa que, ligando-se ao desenvolvimento real da sociedade, realize a não-separação dos homens em esferas alheias, estranhas umas às outras e contrastantes, ou seja, uma práxis educativa que se funde sobre um modo de ser que seja o mais possível associativo e coletivo no seu interior e, ao mesmo tempo, unido à sociedade real que o circunda.

É sabido que Marx (2005) não se deteve muito na questão educacional; outras foram as suas preocupações. O filósofo entendia que desenvolver estudos aprofundados referentes à educação na futura sociedade comunista, consistia num erro comum entre os socialistas utópicos, que criavam modelos para cuja concretização faltam ainda os fundamentos.

A relação entre educação e cidadania não é assunto novo no Brasil. A maior parte dos estudos realizados até agora tende, entretanto, a apontar o direito à educação como sendo o grande instrumento de promoção da cidadania. Na esteira do alvoroço em torno do tema, dezenas de obras foram lançadas no mercado literário nos últimos anos. A riqueza e a diversidade da literatura disponível permitem conhecer as diferentes abordagens do assunto no Brasil e no mundo.

Recentemente, Antônio Ermírio de Moraes (2006) publicou “Educação pelo amor de Deus!”, obra onde o autor reúne uma coletânea de artigos publicados ao longo dos últimos quinze anos, em sua coluna dominical no jornal Folha de S. Paulo. O empresário Antonio Ermírio, fundamentado em uma releitura da teoria do

capital humano, tem sido um árduo defensor da educação como motor do desenvolvimento econômico e social.

O autor parece não compreender que:

[...] a educação é parte do contexto social, do tempo, dos valores, das condições materiais e dos acontecimentos históricos em que se encontra e aos quais se integra. As relações internas e externas à instituição educacional dependem e se determinam pela vida dos homens, aos quais a ação educativa se destina. As aspirações destes, suas contradições, seus impasses, seus valores, suas visões de mundo e, fundamentalmente, o seu modo de produção material sustentam e dão significado à instituição educacional (LOPES, 1999, p. 67).

Não resta dúvida de que é inapropriado propor a realização do direito à educação como um condicionante da eficiência produtiva ou mercantil. Não é mais possível, sobretudo, que a educação seja moldada pelos setores que conduzem o mercado, fazendo do desenvolvimento macroeconômico o objetivo principal da escola (MUNOZ, 2008).

Quanto ao programa Bolsa-Família –, haja ou não a contrapartida do envio dos filhos para a escola –, essa é uma ação paliativa que não altera estruturalmente as perspectivas de inserção econômica e social. É incontestável, porém, o impacto positivo de políticas sociais e programas assistenciais sobre as famílias mais pobres do Brasil. Programas como o Bolsa-Família representam, a curto prazo, mais comida na mesa dos miseráveis e a compra de produtos essenciais. Nas palavras de Paulo Netto (2003, p.28), “as políticas sociais do Estado burguês são incapazes de atender aos seus objetivos. Mas está longe de significar que sejam desnecessárias, inúteis ou que devem ser menosprezadas”.

O problema é que onde chegam os benefícios das políticas sociais de cunho assistencialista, faltam investimentos que poderiam emancipar economicamente os pobres. Sem investimentos em infra-estrutura, o que se faz se assemelha a “enxugar gelo”, conforme exposto em matéria do jornal Folha de S. Paulo (CANZIAN, 2006). Ao invés de erradicarem a miséria e a injustiça social, os programas assistencialistas se limitam a aliviar a pobreza de um país onde 14 milhões de cidadãos estão na situação de extrema insegurança alimentar; onde 6 milhões não têm acesso a energia elétrica; onde 52,3 milhões de seres humanos

vivem em favelas. O número de brasileiros considerados pobres está acima do marco dos 50 milhões de indivíduos (CANZIAN, 2006; SCHWARTZMAN, 2004).

As estatísticas acima expressam bem a herança do neoliberalismo, qual seja, uma sociedade profundamente desagregada e com uma agressão permanente ao conceito e à prática da cidadania. Sob o império capitalista os direitos sociais e a cidadania foram, definitivamente, substituídos pelo contrato de compra e venda. Aliás, tal realidade fora constatada por Engels (1997), já no século XIX, como se lê:

Ao transformar todas as coisas em mercadorias, a produção capitalista destruiu todas as antigas relações tradicionais e substituiu os costumes herdados e os direitos históricos pela compra e venda, pelo “livre” contrato (ENGELS, 1997, p.86).

Resta-nos a certeza de que, não obstante o fato de ter perdido força no Brasil e no mundo, desde a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991), a proposta socialista continua sendo a única alternativa válida e viável ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

CANZIAN, Fernando. Bolsa-família chega até onde governo não leva água. *Folha de S. Paulo – Caderno Dinheiro*, p. b8, São Paulo, 11 jun 2006.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 14. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LOPES, Regina M. G. Pereira. Concepções pedagógicas e emancipação humana: um estudo crítico. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Antonio Ermírio de. *Educação pelo amor de Deus!* São Paulo: Gente, 2006.

MUNOZ, Vernor. Educação e direitos humanos. *Folha de S. Paulo – Caderno Opinião*, p. A3, São Paulo, 3 fev. 2008.

PAULO NETTO, José. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M.L.F. (Orgs.). *Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná*. Cascavel: Unioeste, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (orgs.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHULTZ, Theodore. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Recebido em: 02 de junho de 2008.

Aprovado em: 30 de junho de 2008.

CAMPOS , Anthônia; GUSMÃO, Luciana. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO COM EDUCADORES DO PROJETO SÓCIO-EDUCATIVO DA CIDADE.

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO COM EDUCADORES DO PROJETO SÓCIO-EDUCATIVO DA CIDADE DE LONDRINA.

INTERVENTION PROGRAM WITH EDUCATORS OF THE SOCIAL-EDUCATIVE PROJECT OF THE CITY OF LONDRINA

Anthônia de Campos*

Luciana Gusmão**

RESUMO: O presente artigo apresenta uma intervenção realizada com 7 educadores de um projeto Sócio – Educativo da cidade de Londrina. Estes profissionais entram em contato direto com seus educandos, servindo, na maioria das vezes, como modelo para os mesmos. Desgastados emocionalmente, muitos deles perdem o ânimo de ensinar e acabam realizando suas atividades sem prazer. Com isso podem fazer uso de métodos punitivos na tentativa de educar esta população. Este trabalho teve como objetivo discutir através das práticas educativas destes profissionais, a utilização de tais métodos e suas implicações, a fim de promover conhecimento de práticas educativas não punitivas, que sejam eficazes para criar e manter um repertório de comportamentos referentes às relações interpessoais adequadas. Enfatizando a necessidade do autoconhecimento e a importância da comunicação verbal e não verbal.

PALAVRAS-CHAVE: Educadores; Crianças; Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT: The article presents an intervention carried through with 7 educators of a Social - Educative project of the city of Londrina. These professionals have direct contact with its students, serving, most of the time, as model for the same ones. Consumed emotionally, many of them lose the spirit to teach and end carrying through its activities without pleasure. With this they can make use of punitive methods in the attempt to educate this population. This work had as objective to argue through educative practice of these professionals, the use of such methods and its implications, in order to promote knowledge of not punitive educative practice, that are efficient to create and to keep a repertoire of referring behaviors to the adjusted interpersonal relations. Emphasizing the necessity of the self-knowledge and the importance of the verbal and not verbal communication.

KEY-WORDS: Educators; Children; Social Vulnerability

* Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil. E-mail: anthoniadc@yahoo.com.br

** Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Mestre em Psicologia.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Sidman (2003) a análise do comportamento nos diz que mesmo quando a coerção atinge seu objetivo imediato, a longo prazo estará fadada ao fracasso. Podemos levar pessoas a fazer o que queremos por meio da punição ou da ameaça de puni-las, mas ao nos comportarmos assim, estaremos plantando sementes de desencorajamento pessoal, de isolamento da sociedade, da rigidez intelectual, da ansiedade, da hostilidade e da rebelião. Desta forma podemos levar crianças a aprender punindo-as por não aprender.

O que é o mais comum. Mas essas crianças que aprendem por métodos punitivos podem crescer menosprezando educadores, odiando a escola e evitando o trabalho de aprender.

O presente trabalho apresentou uma intervenção realizada com 7 educadores de um projeto Sócio – Educativo da cidade de Londrina. Este projeto atende 160 crianças, tanto do sexo feminino quanto masculino, de 6 à 14 anos de idade consideradas de risco e vulnerabilidade social. Têm como objetivo proporcionar às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, condições adequadas ao desenvolvimento, através de oficinas que oferecem atividades dirigidas em diversas áreas como música, teatro, dança, artesanato, entre outros. Sob o rótulo de criança em situação de risco social e pessoal, estão sujeitos expostos a ambientes violentos, muitas vezes envolvidos pelo tráfico de drogas, abuso sexual, violência física e psicológica, negligência ou exploração. Um contexto de privações sociais e econômicas que encoraja comportamentos anti-sociais e compromete o desenvolvimento de comportamentos relacionados a auto-estima e ao autoconhecimento. Skinner 1993, define o autoconhecimento como um comportamento de origem social. Só quando o mundo de uma pessoa se torna importante para as demais é que ele se torna importante para ela própria.

De acordo com Skinner (2003), o comportamento social é um comportamento de duas ou mais pessoas em relação a uma outra em um

ambiente comum. Embora diferentes culturas e contextos valorizem comportamentos sociais distintos, há algum consenso sobre o que seja um comportamento social desejável: estabelecer e manter relacionamentos sociais positivos; contribuir construtivamente e cooperativamente com o grupo de pares, família, comunidade; engajar-se em comportamentos saudáveis e afastar-se de comportamentos com sérias conseqüências negativas para o indivíduo, para os outros ou ambos. Engajar-se socialmente implica em que a pessoa emita uma série de respostas que nem sempre tenha desenvolvido de forma apropriada, as quais podem ser agrupadas em categorias como: assertividade, empatia, e outras. Skinner (1993) considera que nossa forma de ser e agir são resultados de três tipos distintos de pressões seletivas, pelas quais passamos: a filogenética (seleção das espécies), a ontogenética (seleção dos comportamentos em cada indivíduo) e a cultural (seleção de práticas culturais). A seleção ontogenética compõe o segundo nível de seleção e neste nível Skinner considera que determinadas condutas ao longo da história de vida do indivíduo foram reforçadas de forma diferencial e por isso se mantiveram no repertório. Muitas condutas que podem ser reforçadoras em um determinado momento para o indivíduo, podem também ser destrutivas a longo prazo para o próprio homem. O indivíduo que não se engaja em atitudes sociais apropriadas perde importantes reforços da comunidade, mas ao mesmo tempo esquiva-se de conseqüências aversivas associadas ao engajamento em atividades grupais (riscos de assalto, comportamentos agressivos do outro, além de aspectos presentes na própria relação, como ser punido pelo grupo quando outro aprova).

Poderíamos dizer que a conduta autocentrada no que tange possibilidades imediatas de reforço para o indivíduo podem acarretar, em algumas situações, conseqüências sérias e irreversíveis para a humanidade. Desenvolver análises funcionais amplas, que permitam entender o indivíduo, mas que também enfoquem o grupo social maior a que este indivíduo pertence, constitui o primeiro passo para a prevenção.

Para Skinner (1968), o ensino pode ser definido como um arranjo de contingências de reforçamento sob as quais o comportamento muda. Para haver mudanças comportamentais efetivas é preciso arranjar novas contingências e o educador só conseguirá realizar tais alterações se olhar para as condições ambientais que as produzem. O analista do comportamento deve fazer parte deste processo. Sua intervenção é de extrema importância para auxiliar os educadores nas dificuldades frente às ações junto às crianças, favorecendo o aprendizado sobre a ocorrência de comportamentos e suas conseqüências, assim como desenvolvendo análise funcional dos comportamentos dos próprios educadores na relação com os educandos. A sua participação deve ser diretamente relacionada às contingências destes contextos, para que através da realidade destes profissionais, possam ser discutidas formas não punitivas de educar, visando uma melhora na relação educando/educador. A análise comportamental do ensino, ao enfatizar a relação do indivíduo com o ambiente e ao explicar por meio dos conceitos de comportamento operante e de contingências de reforçamento as mudanças comportamentais, fornece um referencial teórico que pode ser aplicado ao planejamento de procedimentos de ensino dando aos educadores condições de identificar as ações necessárias para levar os educandos a aprender. O importante não é simplesmente oferecer um conjunto de procedimentos de ensino, ao contrário, o que importa é levá-lo a entender, pelo recurso à análise das contingências.

Este trabalho teve como objetivo discutir através das práticas educativas destes profissionais, a utilização de tais métodos e suas implicações, a fim de promover conhecimento de práticas educativas não punitivas, que sejam eficazes para criar e manter um repertório de comportamentos referentes às relações interpessoais adequadas. Enfatizando a necessidade do autoconhecimento e a importância da comunicação verbal e não verbal. O foco escolhido para análise foram os comportamentos, observados nas interações entre os próprios educadores no decorrer dos encontros.

2. MÉTODO

Os encontros aconteceram semanalmente com duração de uma hora e trinta minutos. Foram realizados oito encontros. As atividades foram escolhidas como estratégia para arranjo de novos contextos e intervenção. Visaram propiciar informações sobre práticas educativas punitivas, não punitivas e estudos de caso. O primeiro encontro foi destinado à apresentação dos participantes e das terapeutas, assim como esclarecimento dos objetivos do trabalho. Posteriormente, no segundo encontro, foram levantados temas junto com os participantes para serem trabalhados durante o projeto. A demanda foi referente à sexualidade, a agressividade e o relacionamento interpessoal. Nos encontros posteriores foram realizadas atividades que envolviam os temas levantados. Com o objetivo de arranjar contingências e para intervenção nos comportamentos dos próprios educadores. Durante os encontros os educadores relataram sentir dificuldades frente aos comportamentos indisciplinados dos educandos. Estes relatavam recorrer a medidas punitivas para consequenciar os comportamentos das crianças. Foram realizadas atividades para desenvolvimento da observação dos comportamentos e suas conseqüências, através de situações fictícias, levantamentos de possíveis comportamentos e reflexão das conseqüências. Também foram realizadas atividades com o objetivo de analisar o funcionamento grupal na realização de uma tarefa, para promoção da integração entre os participantes e fortalecimento dos laços afetivos entre eles enquanto equipe.

3. RESULTADOS

O grupo mostrou-se coeso e empático. Os participantes trocaram experiências. Mostraram-se interessados nas discussões, dispostos a ouvir e aceitar diferentes perspectivas. O vínculo terapêutico também contribuiu muito para o desenrolar deste processo. Verificou-se durante os encontros que os educadores desenvolveram uma reflexão sobre os próprios comportamentos e

expectativas, visto que, ao relatarem situações nas quais descreviam as interações com as crianças, começaram a apontar os antecedentes e as conseqüências para ambos. Ainda foram observados comportamentos referentes às práticas punitivas, hipotetizou-se que este fato se deve ao número de encontros realizados, relativamente baixo. Embora não alcançado resultados evidentes para uma mudança comportamental, pode-se levantar e analisar a atuação do analista do comportamento em outros contextos, como em instituições pró sociais.

CONCLUSÃO

De acordo com Sidman 2003, nossa conduta é sempre resultado de muitas contingências, algumas positivas outras negativas. Pessoas que estão recebendo reforçamento positivo por comportamentos bem sucedido, não têm necessidade de buscar reforçamento negativo por meio de fuga e contracontrole. Reforçadores positivos devem ser contingentes às conduta e as circunstâncias em que as condutas ocorrem. Há necessidade de adequação às características e demandas múltiplas dos adolescentes, analisando as contingências vividas por eles e promotora de tais repertórios.

Todos os “excluídos” devem ser constantemente lembrados. É preciso falar deles, pensar neles e sobre as condições que vivenciam continuamente. Procurando encontrar meios de engajamento, principalmente quando se fala de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- HÜBNER, M.M. de C.; MARINOTTI, M. *Análise do comportamento para a educação: contribuições recentes*. Santo André-SP: ESETec, 2004.
- SIDMAN, M. *Coerção e suas implicações*. São Paulo: Livro Pleno, 2004.
- SKINNER, B. F. *Sobre o Behaviorismo*. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- SKINNER, B.F. *Tecnologia do ensino*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1972.

CAMPOS , Anthonia; GUSMÃO, Luciana. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO COM EDUCADORES DO PROJETO SÓCIO-EDUCATIVO DA CIDADE.

ZANOTTO, M. de L.B. *Formação de professores: a contribuição da análise do comportamento*. São Paulo: EDUC, 2000.

Recebido em: 19 de fevereiro de 2008.

Aprovado em: 16 de abril de 2008.

SÃO PAULO 1932: UMA EXPLOSÃO EM BUSCA DE NOVOS RUMOS

SÃO PAULO 1932: AN EXPLOSION IN SEARCH FOR NEW DIRECTIONS

Agnaldo Kupper*

RESUMO: Mal se iniciara o período Vargas (1930 – 1945); mal a dita Revolução de 1930 fincara pilares, o Estado de São Paulo sentia ser preterido. Economia desestruturada pelos efeitos da Crise Mundial de 1929 (provocada pela crise na economia norte-americana), com estima em baixa com a perda do controle político sobre o país, São Paulo rebelou-se, apegando-se a atitudes de Getúlio Vargas com as quais não concordava. São Paulo buscou o separatismo, lutando em um dos episódios mais comoventes e marcantes da história brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Era Vargas; Revolução Constitucionalista; Rompimento de Estruturas.

RESUMIEN: Apenas se había iniciado el período del mandato de Vargas (1930 – 1945); ni bien la revolución de 1930 había dejado pilares, el Estado de San Pablo se sentia omitido. Com uma economia desestruturada por los efectos de la Crisis Mundial de 1929 (provocada por la crisis em la economia norteamericana) y com bajo autoestima por la perdida del control político sobre el país, San Pablo se restableció, apegándose a las actitudes de Getulio Vargas com el cual no concordaba. San Pablo busco el separatismo, luchando em uno de los episodios más conmovedores que dejó profundas marcas em la historia brasileña.

PALABRAS-CLAVE: La era Vargas; Revolución Constitucionalista; Rotura de las Estructuras.

1. INTRODUÇÃO

A Primeira República chegou ao fim com a chamada Revolução de 1930. A partir de então, pelos quinze anos seguintes, o Brasil seria dominado pela figura de Getúlio Dorneles Vargas, gaúcho, avesso às urnas e lembrado como o homem que nacionalizou o trabalho, que instituiu o salário mínimo, que criou a Justiça do Trabalho e a CLT.

Getúlio não é, nunca foi e nunca será uma unanimidade entre historiadores e cientistas políticos. Porém, usou de uma revolução para construir seu projeto de poder. Não sem reações.

* Professor de Ensino Médio, Cursos Pré-vestibulares, Ensino Superior e de Pós-graduação; escritor; doutorando na área de História e Sociedade; diretor de unidade de Ensino.

As primeiras manifestações de descontentamento com Getúlio vieram de São Paulo onde, a 25 de janeiro de 1932, uma concentração de cerca de cem mil pessoas reivindicou a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a autonomia dos Estados (afinal até quando iria a provisoriedade de Vargas?). Getúlio não ouviu os clamores de uma população que se sentia violada, alijada de reconhecimento, desprezada em suas intenções.

Assim, a 09 de julho do mesmo 1932, empurrada pela oligarquia cafeeira, teve início a chamada Revolução Constitucionalista, que duraria menos de três meses e que se tornou a maior mobilização militar ocorrida no Brasil, matando mais brasileiros do que na II Grande Guerra (1939-1945): cerca de novecentos, com envolvimento direto de aproximadamente cento e trinta mil combatentes.

São Paulo foi cenário de cenas violentas. Cidades inteiras foram abandonadas por seus moradores e os saques tornaram-se comuns. Aviões usados para bombardeios feriram, mutilaram, mataram. A brutalidade das tropas federais não desanimava paulistas de toda ordem: anônimos, desempregados, comerciantes, funcionários públicos, todos dispostos a lutar contra o Brasil desenhado pelo personalista Vargas.

O fato é que sem esta marca histórica, o Brasil não seria o que é. Muito menos o Estado de São Paulo.

2. REPÚBLICA BRASILEIRA: DA ORGANIZAÇÃO ÀS CONTRADIÇÕES

Não é uma tarefa simples empreender um balanço objetivo da história republicana brasileira, inaugurada em 1889. Desde então, o país tem vivido sucessivas crises institucionais: seis golpes de Estado, freqüentes estados de sítio, nove eleições indiretas para presidente da República, cinco presidentes depostos, três presidentes eleitos e impedidos de assumir o cargo, seis constituições, um período parlamentarista e o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

Após 1930, apenas quatro presidentes eleitos diretamente concluíram integralmente o mandato: Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

Na realidade, o advento da República representou uma adequação das instituições políticas, jurídicas e administrativas às transformações econômicas e sociais que vinham se processando no país, a partir da abolição do tráfico negreiro. Uma vez mais, os interesses da maioria da população foram relegados, prevalecendo a orientação política ditada pelos grandes cafeicultores, aliados às demais oligarquias regionais.

Com o término do governo Floriano Peixoto, em 1894, chegou ao fim a chamada República da Espada. Os setores florianistas desejavam que o Marechal de Ferro continuasse no poder, governando de forma ditatorial, mas não era essa a orientação política defendida pelos cafeicultores paulistas, que detinham em suas mãos a principal riqueza do país.

Aglutinados em torno do Partido Republicano Paulista, criado em 1893, os senhores do café viram que a República estava consolidada e que chegara a hora da instalação do poder civil. Esse projeto se concretizou, em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes, rico fazendeiro paulista, para a presidência da República.

Nascia, assim, sob a hegemonia dos plantadores de café, a chamada Primeira República, que perduraria até 1930. Ao longo de mais de três décadas, as instituições republicanas brasileiras se moldaram às coordenadas da política do café-com-leite, uma aliança constituída por São Paulo e Minas Gerais, os dois estados da federação mais poderosos economicamente. Um dos mecanismos utilizados pelos grandes proprietários rurais paulistas e mineiros para garantir-lhe o controle do poder foi a política dos governadores, posta em prática a partir de Campos Sales, a partir de 1898. A essência dessa política consistia num acordo entre o governo central e as oligarquias que controlavam o poder em cada um dos estados. Estas se comprometiam a apoiar as decisões do presidente da República, que tinha o respaldo das bancadas de São Paulo e Minas Gerais e, em reconhecimento, o governo federal se negava a diplomar os parlamentares da oposição eleitos nos diversos estados. Graças a esse mecanismo, impedia-se que, na esfera política nacional e regional, ocorressem grandes disputas eleitorais. Evitava-se, ao mesmo tempo, que surgisse uma oposição capaz de colocar em risco o domínio da elite agrária do Centro-Sul.

Essa prática política, que estabelecia laços de lealdade entre o governo central e as oligarquias regionais, tinha como base de sustentação o poder político dos coronéis. Grande proprietário de terra e chefe político local, o coronel controlava o voto e a vontade de todos os que viviam sob sua dependência: meeiros, agregados, colonos. Estribados no voto de cabresto e no controle dos currais eleitorais, eram eles que garantiam a eleição de prefeitos, deputados e governadores. Em retribuição a esse apoio, era-lhes reservado o direito de indicar os ocupantes dos diversos cargos públicos locais: da professora rural ao delegado. Nesse quadro, a avaliação que se fazia do prestígio de um coronel era a sua capacidade de trocar votos por favores. Além do poder que o governo estadual lhe conferia, não vacilava em recorrer aos bandos armados que mantinha em suas fazendas para liquidar seus adversários políticos. Era com base nesse sistema de alianças, ligando o coronel ao governo federal, que se mantinha uma ordem social sedimentada no latifúndio. Os movimentos divergentes dos pobres da terra e dos setores urbanos assalariados eram reprimidos com extrema violência. Foi o que ocorrer, por exemplo, com o movimento de Canudos, com o Contestado e, nas primeiras décadas do século XX, com a luta dos operários em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

No plano econômico, todas as medidas governamentais eram voltadas para a valorização do café, principal produto de exportação brasileiro. Mantinha-se, assim, o caráter colonial de nossa economia que, apesar do surgimento de um setor industrial de bens de consumo, continuava dependente da dinâmica do mercado externo.

A partir da segunda metade da década de 1910, novos atores apareceram na cena política: o empresariado fabril, os segmentos médios urbanos e o operariado. Influenciados pelo anarquismo, os trabalhadores fabris deflagraram greves e ocuparam as ruas de São Paulo e Rio de Janeiro em grandes manifestações. Nos quartéis, a inquietação política agitava a jovem oficialidade, que em vários momentos recorreu às armas para impor uma nova feição política ao país.

O Tenentismo, como ficou conhecido o movimento das revoltas militares do período, tem seu momento culminante na Coluna Prestes que, ao longo de dois anos e meio de luta, fustigou as tropas governamentais e

semeou a esperança de transformação entre os segmentos sociais inconformados com a política do café-com-leite. A elite dominante respondeu à contestação com ações repressivas da polícia e do Exército, mas não impediu que a unidade oligárquica, sacralizada por São Paulo e Minas Gerais, fosse rompida. A resolução do conflito entre os setores dominantes se deu pela força das armas: a Revolução de 1930, vitoriosa, inaugurou uma nova etapa na história republicana do Brasil, desmontando todo um sistema edificado em torno do café. Dentro deste contexto histórico, assume aquele que passará a controlar o país por anos: Getúlio Dorneles Vargas.

3. A ERA VARGAS

Com a Era Vargas, iniciava-se um dos períodos mais ricos da literatura e do teatro brasileiro. “O Quinze”, de Rachel de Queiroz e “Minas Alguma Poesia” de Carlos Drummond de Andrade, saudavam o país no 1930. Noel Rosa compôs, na mesma data, “Com que Roupa”. Em 1932, enquanto São Paulo se armava contra Vargas, o mesmo Noel fazia as ruas do país cantarolarem “O teu cabelo não nega”. Mais: Gilberto Freyre terminava o monumental “Casa-Grande e Senzala”. Os anos seguintes, não por Vargas, trariam pérolas de Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Ari Barroso, entre outros.

Vargas assumiu o controle político do país quando, em 1930, a conspiração contra o governo federal entrou na ordem do dia, tendo vários líderes tenentistas aderido ao movimento revolucionário que deporia o último representante da política do café-com-leite: Juarez Távora, Siqueira Campos, João Alberto, Miguel Costa. Luís Carlos Prestes, convidado a chefiar a rebelião que poria fim à República Velha, recusou-se, denunciando seu caráter oligárquico. Os acontecimentos se precipitaram em setembro de 1930, com o assassinato de João Pessoa numa rua de Recife. O levante contra o governo foi marcado para o dia 03 de Outubro, contando com a ativa participação dos tenentes. O movimento rebelde partiu do Rio Grande do Sul, logo seguido por Minas Gerais, estendendo-se depois para o Nordeste.

São Paulo foi, praticamente, o único Estado de importância que mostrou disposição em defender o governo federal. Diante da amplitude da

revolta, um grupo de militares de alta patente depôs Washington Luís, em 24 de Outubro daquele 1930. Por trás de todo o movimento, a crise mundial representada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929).

Mesmo a queda da República Velha, o café continuou a ser o principal produto da economia brasileira. Mas a orientação dada pelas novas forças políticas dominantes em relação à cafeicultura foi radicalmente diversa da empregada durante a política do café-com-leite, em que cabia apenas ao Estado arcar com toda a responsabilidade financeira para a valorização do produto.

Entre os objetivos da Revolução de 1930, estava a modernização das instituições governamentais, que deveriam responder, de forma eficiente, às novas necessidades geradas pela diversificação econômica do país e redefinir as estruturas republicanas vigentes desde 1889.

Apenas uma semana após estabelecer-se provisoriamente no governo republicano Brasileiro, Vargas, recorrendo à Lei Orgânica, dissolveu o Congresso nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e destituiu todos os presidentes de estado, com exceção do de Minas Gerais. A seguir, nomeou vários tenentes interventores estaduais, concedendo-lhes plenos poderes. O Código dos Interventores limitou área de ação dos Estados, ficando, cada um deles, proibido de contrair empréstimos externos sem autorização do governo central, além de ser impedidos de gastar mais de 10% do orçamento estadual com a Polícia Militar

Para formar o Ministério, Vargas convidou Osvaldo Aranha (Justiça), José Whitaker (Fazenda), Lindolfo Collor (Trabalho, Indústria e Comércio), Francisco Campos (Educação), entre outros. Buscava, dessa forma, redistribuir o poder entre as diversas forças que haviam participado do movimento revolucionário: tenentes, positivistas gaúchos e oligarquias estaduais dissidentes. Logo a seguir, iniciou sua política de aproximação com trabalhadores, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (26-II-130), passando a atender a antigas reivindicações operárias.

4. A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO

As medidas adotadas por Vargas, além de expressar a nova correlação de forças políticas no cenário nacional, sepultavam para sempre a política dos governadores da República Velha. Ruía todo o sistema montado em benefício da oligarquia paulista. Ela não detinha mais nem mesmo o governo de São Paulo que, em menos de dois anos, teve quatro interventores nomeados por Getúlio.

Inconformados com essa situação, a oligarquia de São Paulo passou a articular a reação contra Vargas, exigindo a reconstitucionalização do país, autonomia para os estados e a nomeação de um interventor civil e paulista, em substituição ao tenente João Alberto Lins de Barros, que era pernambucano. São Paulo apegava-se ao que podia. Sentia-se preterido pelo governo central.

Getúlio cedeu à pressão indicando o ex-embaixador Pedro de Toledo (civil e paulista) para o cargo de interventor no estado. Muito velho (setenta e dois anos de idade), Pedro de Toledo era conhecido em São Paulo como a “Múmia”. Mais: Vargas nomeou comissões para a elaboração do Código Eleitoral e do Anteprojeto da Constituição, marcando para maio de 1933 as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

Apesar das concessões, a oligarquia paulista não se reconciliou com Getúlio. O que ela desejava era controlar novamente o poder e desenvolver uma política que beneficiasse, de maneira mais efetiva, a cafeicultura, seriamente abalada desde a crise de 1929. Os preços do produto tiveram uma queda monstruosa no mercado externo, levando o governo a adquirir o café estocado para queimá-lo. Estima-se que, entre 1931 e 1944, foram para o fogo mais de setenta e oito milhões de sacas de café.

O inconformismo, no entanto, transformou-se numa contestação aberta contra o governo revolucionário. Marchas de civis e militares ganharam as ruas da capital paulista e do interior. A maioria da população, particularmente a juventude estudantil, se mobilizou para derrubar Getúlio. Em 23 de maio de 1932, numa das corriqueiras manifestações, quatro estudantes morreram na investida contra a sede de uma associação getulista, denominada Legião de Outubro. As iniciais de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, as vítimas, foram usadas na criação de um grupo radical anti-Getúlio: o MMDC. O

grupo tinha como slogans: “ São Paulo dominado por gente estranha”, “Tudo pela Constituição, “Convocação imediata da Constituinte”.

O movimento ganhou força e, em 9 de julho do mesmo ano, irrompeu em São Paulo a chamada Revolução Constitucionalista. os revolucionários contavam com o apoio de outros estados, que não veio.

5. A PRÁTICA DA GUERRA

Na perseguição às práticas, campanhas para levantamento de fundos foram lançadas, uma vez que a Força Pública Paulista dispunha de apenas trinta mil armas leves, oito mil fuzis (os mais novos de 1908, sendo a maioria de 1893), cinqüenta canhões, cento e quarenta e nove metralhadoras e pouco mais de quinhentas metralhadoras. Assim, como colocar em condições de luta os alistados? Faltava de tudo! Aviões, só alguns de turismo, porém, mesmo assim, faltavam pilotos. De qualquer forma, os paulistas organizaram uma pequena esquadrilha: as Unidades Aéreas Constitucionalistas (UAC) que se limitavam a espalhar panfletos sobre as posições inimigas. Mesmo assim, só quatro chegaram a entrar em ação.

A Campanha mais estruturada era a do “Ouro Para o Bem de São Paulo”, que visava levantar fundos para a compra de armas no exterior. Arrecadou-se muito, porém pouco trouxe de resultados efetivos, até porque o porto de Santos fora bloqueado pelo governo federal para a entrada de qualquer navio de suprimentos destinado aos constitucionalistas.

Mesmo com todas as dificuldades, as operações de guerra foram iniciadas em 10 de julho daquele 1932, quando tropas comandadas por Euclides Figueiredo (da Segunda Divisão de Infantaria de Operações), concentradas no Vale do Paraíba, avançaram em direção ao Estado do Rio de Janeiro. O único resultado concreto foi a ocupação de Cruzeiro e o Bloqueio da entrada do túnel que liga São Paulo a Minas Gerais (túnel Cruzeiro- Passa Quatro).

Mal iniciada a luta, os paulistas ganharam motivos para o desânimo. A falta de estrutura para uma luta deste porte era clara.

Isolado em sua luta, São Paulo viu a Federação das Indústrias do Estado (FIESP), através do empresário Roberto Simonsen, promover um

grande esforço de guerra, chegando a financiar a produção de quatro mil granadas de mão, bombas de aviação, máscaras de gás e setenta mil cartuchos de fuzil por dia, não sem enfrentar o boicote de alguns poucos operários simpáticos ao governo federal comandando por Getúlio Vargas. A fábrica nacional de cartuchos e munições, localizada em São Bernardo do Campo, pertencente ao grupo Matarazzo, passou a trabalhar vinte e quatro horas por dia.

A Campanha do Ouro para o bem de São Paulo arrecadava jóias, alianças e outros objetos de valor. Era o que a população paulista podia dar.

Outras manobras, perante a fragilidade paulista, foram utilizadas, como a prática de “inventar” armas. A mais famosa delas foi a matraca, uma prancheta de madeira com uma lâmina de aço e roda dentada que, quando acionada, produzia um som semelhante ao de uma metralhadora. Tentava-se enganar o inimigo.

Às mulheres, papel fundamental, inclusive as de classes mais abastadas: cobravam os que resistiam ao alistamento, substituíam os combatentes nas fábricas, acumulavam os serviços domésticos.

O exército paulista era composto por voluntários, reservistas ou não. Alistados em entidades como a MMDC, a Liga de Defesa Paulista, o Instituto do Café, entre outras, somavam os soldados cerca de duzentos e dez mil homens, somados os da capital e cidades do interior do Estado. Destes, apenas cerca de setenta mil estiveram nos campos de batalha. Muitos eram jornalistas, outros médicos, engenheiros, advogados, artistas, formando ao lado de analfabetos, mas todos com o mesmo ímpeto e a mesma intenção.

Práticas como o recolhimento de armas e munições que poderiam ser utilizadas pelos paulistas, a remoção de oficiais, a redistribuição de destacamentos, a convocação de tenentistas fiéis a Getúlio, as pressões sobre Pedro de Toledo, a sedução de líderes (em especial mineiros e gaúchos), a prisão de simpatizantes à causa paulista em alguns Estados da União, foram rapidamente colocadas em ação pelo governo federal. Objetivo: isolar São Paulo e liquidar em pouco tempo a insurreição paulista.

Na madrugada do dia 10 de julho de 1932, no bairro de Santana, no Largo das Perdizes, na Avenida Paulista, na Vila Mariana, na Ponte Grande,

na Praça Buenos Aires, no Largo de Guaianazes, no Largo São Francisco, concentraram-se os primeiros batalhões convocados pelo MMDC. Eram mais de mil homens, a quem eram distribuídos fuzis pela Força Pública. Logo a seguir, as emissoras de rádio (Record, Cruzeiro do Sul e Educadora) emitiram comunicado do Comando Revolucionário: a guerra começara. Era 15 de julho de 1932, 10.30 horas.

Foram três meses de batalhas. Pelo lado de São Paulo, voluntários sem treinamento que não tinham habilidade para o disparo de um canhão, para o reabastecimento de um fuzil ou para o manuseio de uma granada de mão. Para suprir tanta deficiência, a criatividade, como o uso do trem blindado.

Mas não foi só São Paulo o palco da principal guerra do século XX do Brasil. A Revolução de 1932, articulada em São Paulo e pelos paulistas, teve participação de outras unidades da federação. Mineiros, paraenses, baianos, gaúchos e até mesmo cariocas, lutaram em suas pátrias. Ou seja, o sentimento contrário a Getúlio não era um particularismo de São Paulo.

6. O DESFECHO DA GUERRA

Após três meses de batalhas, em um claro prevalecimento das forças federais, São Paulo capitulou com o que lhe restara: treze mil soldados da Força Pública, cerca de vinte mil voluntários e três mil e seiscentos insurretos que deveriam estar ligados ao efetivo federal.

Ao final do confronto, os paulistas resistiam à rendição. Mas não havia como. Não existiam mais armas e munições. Havia dinheiro, mas não o que comprar, tal os efeitos do bloqueio ao Estado armado pelo governo federal.

Foram sessenta e quatro combates de grande envergadura, outros tantos menores, além de encontros eventuais entre as forças oponentes.

É difícil precisar o número exato de mortos e feridos. Oficialmente, por São Paulo, foram trezentos e cinquenta e três voluntários e duzentos e quarenta e nove das forças regulares. Destes, muitos mineiros, baianos, fluminenses, pernambucanos, além de alguns alemães, portugueses, ingleses, italianos, entre outros de outras nacionalidades.

Terminara a guerra que os barões do café e industriais juntaram-se a desconhecidos e humildes, em uma comunhão jamais vista. Terminara a guerra da solidariedade, que irmanou municípios.

Getúlio Vargas procurou não tripudiar sobre a derrota dos paulistas. Nenhuma demonstração de força posterior. Nenhum desfile, nenhuma manifestação em rádio.

Em 1933, Vargas devolveu a São Paulo o direito de governar-se, deixando de nomear interventores para o Estado. E o mais importante: retomou o projeto da reconstitucionalização do país, confirmada a 03 de maio de 1933 para as eleições à Assembléia Nacional Constituinte.

7. A RENDIÇÃO DE SÃO PAULO

A 29 de Setembro de 1932, Bertoldo Klinger teria telefonado a Getúlio Vargas propondo uma trégua por tempo indeterminado. Objetivo: negociar. Klinger o fez à revelia dos demais chefes constitucionalistas.

Góes Monteiro, em nome de Vargas, estabeleceu oito dias de trégua, exigindo o recuo de todas as frentes das tropas paulistas, além da entrega geral das armas dos revoltosos. Paralelamente à negociação com Klinger, Monteiro negociava com o coronel Herculano de Carvalho, comandante da Força Pública, exigindo que esta corporação voltasse para São Paulo. Em troca a manutenção dos cargos dos revoltosos.

Sem contar com a Força Pública, Klinger foi para a capital paulista, onde se rendeu. Herculano recebeu ordens para depor o governo constitucionalista de Pedro de Toledo. No dia 05 de Outubro, São Paulo já possuía outro interventor federal: Valdomiro Castilho de Lima.

Euclides Figueiredo não aceitou a rendição. Tentou organizar uma resistência guerrilheira no Mato Grosso. Não conseguiu. Fugiu para o Rio Grande do Sul e depois para Santa Catarina onde, poucos dias depois, foi preso.

8. O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO PARA SÃO PAULO E PARA O BRASIL

É natural que o movimento liderado por São Paulo, em 1932, caia no quase esquecimento. Não deveria. O movimento de 32 funcionou como uma linha divisória para a história do Estado. Não só por ter unido paulistas e paulistanos, humildes abastados, homens e mulheres, em torno de uma causa que os tornaram iguais, independentemente de posses e riquezas. Uma grande mobilização popular, onde barões do café, industriais e cidadãos ditos comuns uniram-se, em uma comunhão que jamais se repetiria na história, nem mesmo por ocasião da Campanha das “Diretas Já” de 1984.

A campanha “Doe ouro para o bem de São Paulo”, tentou ser repetida em 1964 (“Doe Ouro para o bem do Brasil”), sem o mesmo sucesso. Na primeira, tanto dinheiro foi arrecadado que, ao final da guerra, ergueu-se o prédio de doze andares da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo.

Uma das utilidades da guerra paulista de 1932 é de mostrar como o país, o Estado de São Paulo e a cidade de mesmo nome modificaram-se. A começar pela visão democrática, ampliada de lá para cá. Em 1932, menos de vinte por cento da população adulta brasileira podia votar. No campo econômico, o Brasil mostrava-se essencialmente agrário. No campo militar, a bagunça generalizada e conflitante, deu lugar à unidade (vide movimentos como o Levante do Forte de Copacabana de 1922, a Insurreição Tenentista de 1924, a Coluna Miguel Costa-Prestes, entre outros).

Mais de setenta anos após o conflito, nomes de praças, avenidas, alamedas e ruas do Estado de São Paulo lembram o movimento. Mas não é só: São Paulo, atualmente, responde por mais de quarenta por cento do PIB do país. Sua atitude no início da década de 30 do século passado, sem dúvidas, contribuiu para tanto

9. CONCLUSÕES

O movimento constitucionalista de São Paulo, iniciado em julho de 1932, uniu praticamente todas as correntes políticas e os segmentos de suas classes dominantes em uma Frente Única contra o governo Getúlio Vargas, iniciado anos antes, especificamente em 1930, após a chamada Revolução de 1930.

Mostrou o descontentamento de proprietários de terra, de fábricas, de bancos e de casas de comércio paulistas com a política econômica e a legislação social implantadas em seu governo provisório.

O objetivo dos paulistas era a reconquista da autonomia e a realização de eleições nacionais para a Assembléia Constituinte. Ganhou, com o tempo, a forma de insurreição armada para afastar Getúlio Vargas do poder. Para tanto, São Paulo parou suas indústrias para produzir instrumentos bélicos, mulheres foram recrutadas para o trabalho de retaguarda aos homens combatentes, homens (a maioria em treinamento de guerra) foram para as frentes de confrontos.

Mas São Paulo ficou sozinho. Levantes simultâneos fracassaram no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, no Mato Grosso e outros pontos do país. Se não conseguiu alcançar seu desejo maior de depor Vargas, São Paulo conseguiu a reconstitucionalização do país a partir de 1933, bem como a atenção de Vargas, tomador este de medidas que aliviaram as dificuldades econômicas e financeiras do Estado derrotado. São Paulo conseguiu também um interventor federal indicado pelo poder central: Armando de Sales Oliveira, do Partido Democrático, certamente um desconforto para o governo federal.

A Revolução paulista de 1932 fez declinar o Tenentismo, iniciado ainda na República Velha ou Primeira República, quando, para os tentes, a formação profissional passou a ser mais importante do que a atividade política.

Foi o maior evento político interno do século XX.

A união dos paulistas em torno de sua causa fez São Paulo retomar seus caminhos para tornar-se a maior unidade federativa do país.

O que existiu foi um choque entre “Brasis”. Um choque que, ao seu final, mudou os rumos do Brasil e, claro, de São Paulo como Estado.

REFERÊNCIAS

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

ELLIS JR., Alfredo. *Populações Paulistas*. São Paulo: Nacional, 1934.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Nacional, 1977.

IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil; 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

JAGUARIBE, Hélio. A emergência da classe média. *Revista Veja* (suplemento).

KUPPER, A. e CHENSO, P. A. *História Crítica do Brasil*. São Paulo: FTD, 1993.

SILVA, Hélio. *1932: A Guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Recebido em: 05 de março de 2008.

Aprovado em: 04 de abril de 2008.

A FORMAÇÃO DE LEITOR NO ENSINO FUNDAMENTAL: OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E O COTIDIANO DAS ESCOLAS

THE READER FORMATION IN BASIC EDUCATION: THE NATIONAL CURRICULAR PARAMETERS AND THE DAILY ROUTINE AT PRIMARY SCHOOLS.

Maria Fernanda Melendes¹
Rovilson José da Silva²

RESUMO: Este artigo, resultado de Trabalho de Conclusão de Curso realizado em 2007, discute a formação de leitores nas séries iniciais do ensino fundamental a partir de duas vertentes: a primeira sob o ponto de vista da lei oficial, ou seja, o que os Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa (PCNs) preconizam para a formação de leitores na escola. Posteriormente, apresenta a segunda vertente prática que se constituiu em uma pesquisa de campo realizada em duas escolas do ensino fundamental, a fim de conhecer a metodologia utilizada em relação à formação de leitores. Finaliza correlacionando os dados coletados nas escolas às indicações preestabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Leitor; Leitura; Ensino Fundamental.

ABSTRACT: This article is the result of a dissertation presented to the Faculty of Pedagogy as a requirement for fulfilment of the undergraduate programme in 2007. This paper presents a cross-analysis of reader formation in basic education based on two different approaches: the first approach takes into consideration the official law perspective based on the National Curricular Parameters (PCN) to the Portuguese Language programme; the second approach is based on an empirical study implemented in two different primary schools in order to observe their reader formation actions in daily practices.

KEY-WORDS: Reader Formation; Reading; Basic Education.

1. INTRODUÇÃO

A leitura é uma atividade indispensável para a formação do indivíduo, é fonte de informação, de conhecimento e de aprendizado, além de ser uma atividade fundamental na formação cultural das pessoas, de lazer, benéfica à saúde mental e de promoção das descobertas no mundo.

¹ Graduada em Pedagogia, elaborou seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 2007, "A formação de leitores nas séries iniciais". Atualmente é professora do Ensino Fundamental da SME/Londrina. E-mail: fermelendes@yahoo.com.br

² Orientador do TCC, doutor em educação, professor do curso de Pedagogia da UniFil/ e-mail: rovilson.silva@unifil.br

De acordo com Lajolo (2002), em nossa sociedade existe a divisão de bens e de lucros muito desigual, o que nos leva a não estranhar que desigualdade similar também exista quanto à distribuição de bens culturais, todavia a participação em boa parte destes bens é mediada pela leitura, habilidade que não está ao alcance de todos, nem mesmo de todos aqueles que foram à escola.

Este artigo, resultado de Trabalho de Conclusão de Curso realizado em 2007, apresenta a discussão da formação de leitores na escola de ensino fundamental, confrontando o que preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa (1997) acerca da formação de leitores com a prática de incentivo à leitura desenvolvida em duas escolas do município de Londrina, uma escola pública e outra particular.

Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo nas escolas envolvidas, a fim de conhecer a metodologia utilizada em relação à leitura, ou seja, que tipo de trabalho era realizado, quais critérios e metodologias foram estabelecidos para formar leitores naquelas escolas.

2. OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E A LEITURA

Segundo Brasil (1997), a leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes, sendo estes capazes de, por iniciativa própria, selecionar dentre vários trechos que circulam socialmente, aqueles que atendam a sua necessidade no momento.

O leitor também deve compreender o que lê, sendo capaz de aprender a ler também o que não está escrito e, com isto, identificar elementos implícitos, nos quais estabeleçam relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; ter consciência de que um texto pode ser interpretado de diferentes formas, dependendo da visão e conhecimento que cada indivíduo.

Tornar-se um leitor competente através de uma prática constante de leitura de textos que circulam socialmente e este trabalho deve envolver todos os alunos, inclusive, aqueles que ainda não sabem ler convencionalmente.

O trabalho com a leitura tem a finalidade não só de formar leitores competentes, mas também formar escritores sendo estes capazes de produzir textos com eficácia. Não se trata apenas de extrair da informação escrita, letra por letra ou palavra por palavra, e sim, a compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita. Neste contexto, Brasil (1997, p.53) afirma que “qualquer leitor experiente que consiga analisar sua própria leitura, conseguirá constatar que a decodificação é apenas um dos procedimentos que o leitor utiliza quando lê”.

Com isto, a leitura fluente envolve muitas outras estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não são possíveis com rapidez e proficiência.

A utilização desses procedimentos permite controlar o que vai sendo lido e permite tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, arriscando-se diante do desconhecido, buscando no texto a comprovação das suposições.

2.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Formação de Leitores

De acordo com Brasil (1997), para tornar os alunos leitores — para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler requer esforço.

Nesta perspectiva, a escola precisa mostrar aos alunos que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que se conquistado plenamente dará autonomia e independência. Formar leitores é algo que requer, portanto, condições favoráveis para a prática de leitura, que não se restrinjam apenas aos recursos materiais, pois, na verdade, o uso que se faz dos livros e demais materiais impressos é o aspecto mais determinante para o desenvolvimento da prática e do gosto pela leitura.

Para este desenvolvimento Brasil (1997, p.58) descreve algumas condições:

- dispor de uma boa biblioteca na escola;
- dispor de um acervo de livros de classe e outros materiais de leitura;
- organizar momentos de leitura livre [.....];
- planejar as atividades diárias de leitura [....];
- oportunizar aos alunos a escolha de suas leituras [.....];
- possibilitar aos alunos o empréstimo de livros na escola [.....];
- construir na escola uma política de formação de leitores nos quais todos possam contribuir com sugestões [....]

Brasil (1997) relata-nos que são necessárias propostas didáticas orientadas no sentido de formar leitores, apresentando algumas sugestões para o trabalho com os alunos, que podem servir de referência para a criação de outras propostas. Neste sentido, propõe: leitura diária, leitura colaborativa, projetos de leitura, atividades seqüenciadas de leitura, atividades permanentes de leitura, leitura feita pelo professor. Enfim, “uma prática intensa de leitura na escola é, sobretudo, necessária, porque ler ensina a ler e a escrever” (BRASIL, 1997, p.65).

3. A PRÁTICA DA LEITURA NA ESCOLA PÚBLICA E NA ESCOLA PARTICULAR: UMA AMOSTRAGEM

Em dezembro de 2006, realizamos a coleta de dados em duas escolas de Ensino Fundamental do Município de Londrina, sendo uma pública e outra particular, a respeito da formação de leitores na escola. Para obter os dados, utilizamos um questionário composto por 16 perguntas cujo âmbito remetia à leitura e sua promoção na escola. Nosso objetivo era investigar,

analisar e descrever como deve ser o trabalho de incentivo a leitura no primeiro ciclo das séries iniciais.

A seguir, serão apresentados os dados coletados que estão distribuídos, basicamente, de duas formas distintas: por meio de tabelas e quadros. Por meio de tabelas quando forem os dados objetivos e, por meio de quadros, quando forem subjetivos, ou seja, a resposta de cada sujeito entrevistado.

3.1 Apresentação dos Dados

As escolas que participaram da pesquisa estão localizadas em regiões distintas da cidade. A escola pública fica na região sul da cidade de Londrina, mantida pelo Município, atende alunos da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, os alunos provêm de famílias cuja escolaridade é baixa, classe média-baixa.

A escola particular está localizada na região central de Londrina e atende a alunos da Educação Infantil até o ensino médio, os alunos provêm de famílias de classe média, cujos pais possuem maior escolaridade que a escola anterior.

De cada escola entrevistamos uma professora regente de primeira série e constatamos que cada uma apresentava a formação exigida para a atuação nas séries iniciais e especialização na área da Educação.

A experiência profissional das entrevistadas apresenta diferença, pois a professora da escola pública atua há 12 anos docente, por outro lado, a professora da escola particular atua há 25 anos. Na seqüência, buscamos o conceito que as entrevistadas possuíam de leitura.

Quadro 01: Conceito de Leitura da Professora

Escola Pública

-É um meio de conhecimento, formação, informação e prazer.

Escola Particular:

-É um ato imprescindível, prazeroso e de inserção no mundo.

Em ambas as respostas constatamos que a definição dada pelas professoras entrevistadas, em relação à leitura, é de que o ato de ler se resume em um meio de conhecimento e de prazer.

A seguir, no quadro 02, a opinião das entrevistadas a respeito da relação leitura e a criança.

Quadro 02 - Relação Leitura –Criança

Escola Pública: -Não Opinou.
Escola Particular: -Porque a leitura só traz benefícios, através da leitura a criança toma conhecimento do mundo que a cerca para transformá-lo e aprimorá-lo.

Diante das respostas podemos dizer que a professora da escola pública nada comentou a respeito da leitura nos mostrando certa dificuldade no conceito leitura e formação de leitores.

Em contrapartida a resposta da professora da escola particular, definiu leitura-criança como algo que pode transformar e aprimorar a sociedade.

Tabela 01 - Acesso dos Alunos aos Livros de Literatura Infantil.

	Sim	Não	Às Vezes
Escola Pública	X		
Escola Particular	X		

Em ambas as escolas os alunos têm acesso aos livros de literatura infantil. Outro aspecto investigado era freqüência dos alunos aos livros, conforme a tabela 02:

Tabela 02: Freqüência dos Alunos a Livros de Literatura Infantil.

Freqüência	Escola Pública	Escola Particular
Todos os dias		
1 vez por semana	x	x
2 vezes por semana		
Quantas vezes quiser		

Em ambas as escolas os alunos têm acesso aos livros de Literatura Infantil uma vez por semana, o que nos revela que são poucas obras literárias oferecidas aos alunos, em grande espaço de tempo, pois tais obras também poderiam estar disponíveis aos alunos em outros horários como, por exemplo, no recreio.

O quadro a seguir, apresenta a leitura o que os professores indicavam para a leitura dos alunos.

Quadro 03: Leitura Indicada para os Alunos

Escola Pública: -Fábulas, histórias clássicas, lendas entre outras.
Escola Particular: -Livro de Literatura infantil: contos, narrativas, documentários,...

Na escola pública a literatura indicada é a literatura infantil, existe a divisão entre os gêneros de livros, ou seja, desde fábulas a lendas. Por outro lado, a escola particular, além da literatura infantil, existe a indicação de documentários.

Posteriormente, perguntamos às entrevistadas se a escola desenvolvia algum projeto de incentivo à leitura, como é possível constatar no quadro 4:

Quadro 04: Projeto ou Trabalho de Incentivo à Leitura

Escola Pública:

-Empréstimo de livros.

Escola Particular:

- Projeto “Árvore da leitura”. No início do ano letivo cada sala fixa na parede o tronco de uma árvore. A cada livro lido pela criança é fixado nesta árvore uma folhinha com o nome do aluno, do livro, etc.

Percebemos que em ambas as escolas existem projetos de incentivo à leitura, mas utilizam estratégias diferentes, mas em ambas o empréstimo de livros é a principal estratégia. Além disso, indagamos se existia algum projeto extra-sala de aula e obtivemos as respostas a seguir:

Quadro 05: Projeto de Incentivo à Leitura na Sala de Aula ou Extraclasse

Escola Pública:

-Cantinho da leitura, todos os dias 20 minutos em horários diversos.

Escola Particular:

-Projeto de criação de história e / ou jornal em parceria com o escritor Ziraldo.

Observamos que em ambas as escolas, existem projetos de incentivo à leitura, que a preocupação em formar leitor é latente em ambas. Na seqüência, apresentamos no quadro 6, a concepção das entrevistadas a respeito da leitura na formação escolar da criança:

Quadro 06: Visão do Professor em Relação à Leitura para a Formação da Criança e em sua Vida Escolar

Escola Pública:

-Essencial, pois é através da leitura que a criatividade é possibilitada, bem como o conhecimento e os sentimentos são melhores trabalhados.

Escola Particular:

- Não é possível se pensar em educação sem se pensar em leitura. Quem lê, escreve bem, fala bem, interpreta bem, raciocina melhor, vive melhor e é mais feliz. A leitura beneficia a formação da criança e sua vida escolar como um todo.

Diante dos relatos, podemos concluir que ambas as professoras consideram a leitura algo fundamental na formação da criança e em sua vida escolar.

4. VERTENTES TEÓRICAS E PRÁTICAS: CORRELAÇÃO ENTRE O TRABALHO REALIZADO NAS ESCOLAS PESQUISADAS E OS PCNS

A seguir, apresentaremos a correlação entre o que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a formação de leitores e a prática vivenciada nas escolas pesquisadas. Nesta abordagem serão observados os seguintes aspectos: concepção de leitura, acesso dos alunos as obras de literatura infantil e indicação-faixa etária, projeto ou trabalho de incentivo a leitura e a relação leitura-formação da criança.

A concepção de leitura dada pelo professor da escola pública se define como um meio de conhecimento, formação, informação e prazer, já o professor da escola particular a define como um ato imprescindível, prazeroso e de inserção no mundo, ou seja, entre os professores entrevistados a concepção de leitura se resume em algo prazeroso e de conhecimento.

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais definem a leitura como um processo pelo qual o leitor realiza um trabalho considerado ativo de construção de significado do texto e a partir de seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, ou o autor e, até mesmo, sobre a língua e o gênero, as fontes literárias utilizadas para escrever o texto. Incumbe a escola da função de mostrar aos alunos que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que se conquistado plenamente dará autonomia e independência.

Percebemos que a concepção de leitura dada pelos professores entrevistados e o que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais são diferentes nos termos empregados, pois os professores definem a leitura como um ato de prazer e de conhecimento, em contrapartida os Parâmetros Curriculares Nacionais definem como um trabalho de construção de significados do texto e enfatiza o pré-conhecimento sobre o assunto tratado, mas em ambas as vertentes percebemos e relevância dada à leitura.

No que se refere ao acesso a obras de literatura infantil, os professores entrevistados de ambas as escolas disseram que os alunos têm acesso aos livros de literatura infantil uma vez por semana, através de empréstimos e estes por sua vez obedecem a critérios para a seleção de acordo com a faixa etária.

A opinião dos professores entrevistados está em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que também indicam o empréstimo de livros como fator predominante na proposta de trabalho de incentivo à leitura e quanto ao desenvolvimento e à faixa etária, pois ainda de acordo com PCNs (Brasil, 1997) formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não se restringindo apenas aos recursos materiais, pois o uso que se faz dos livros e demais materiais impressos é o aspecto mais importante para o desenvolvimento da prática e o gosto pela leitura.

Em relação a projetos ou trabalhos de incentivo à leitura na escola pública existe um trabalho chamado “Cantinho da Leitura”, em que a professora reserva 20 minutos da aula por dia para que os alunos leiam obras de literatura infantil apenas pelo prazer, sem cobrança da professora. Na escola particular também existe um projeto de incentivo à leitura chamado “Árvore da Vida” em que no início do ano é fixada uma árvore na parede da sala e a cada livro lido a criança fixa uma folhinha com o seu nome e a obra lida. Com isto, constatamos que em ambas as escolas existem projetos de incentivo à leitura, através de estratégias diferenciadas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para tornar os alunos leitores - para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler requer muito esforço.

Neste contexto, a escola precisa mostrar aos alunos que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que se conquistado plenamente dará autonomia e independência. Para este desenvolvimento os PCNs (BRASIL, 1997) enumeram, dentre outros aspectos, a organização pedagógica de atividades de leitura, o planejamento diário e o acesso diário ao livro. Portanto, há consonância entre o que a lei propõe e o que as escolas realizam.

Na relação leitura-criança, a professora da escola pública não opinou, em contrapartida a professora da escola particular nos relatou que a leitura só traz benefícios para a criança, resumindo-a em algo que pode transformar e aprimorar a sociedade.

Mesmo com concepções muitas vezes diferenciadas entre a teoria e a prática em todos os momentos percebemos a importância dada pela leitura e o trabalho de incentivo à leitura que tem sido realizado nas escolas, embora de maneiras diferentes, mas sempre visando a um único objetivo “o incentivo à leitura”.

Pudemos observar que as entrevistadas se esforçam, são conscientes e procuram se informar sobre a importância da prática da leitura e trabalham a fim de incentivá-la da melhor forma possível.

Diante disto, podemos dizer que aquela velha imagem em relação à leitura, está sendo desmistificada, imagem que infelizmente ainda é tida por muitas pessoas, de que a leitura é algo chato, desinteressante, pois de acordo com diálogos, constatamos que ainda existe um “pré-conceito” em relação à leitura, ouvindo ainda aquela velha frase” sei que é bom ler, mas não gosto muito, tenho preguiça”, conceito que ainda existe, muito provavelmente por desinformação e despreparo da sociedade, cabendo a todos nós, família, professores e autoridades competentes incentivar não só as crianças, mas sim a sociedade como um todo a fazer uso da leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura é algo fundamental na formação humana, pois através dela a criança resolve conflitos, faz descobertas, compreende o mundo, adquire novos conhecimentos e se diverte, além de muitos outros fatores que contribuem para o seu desenvolvimento emocional, intelectual e social. Diante disto, podemos dizer o quanto é importante formar leitores, pois na sociedade em que vivemos hoje, ler torna-se, cada vez mais, imprescindível para vida social.

Diante disto, podemos dizer que para formar leitores nas primeiras séries do ensino fundamental, faz-se necessário um trabalho

contínuo de incentivo à leitura para que o aluno tenha acesso diariamente ao livro e possa conhecer o mundo do ato de ler, levando-o a encontrar o verdadeiro sentido da leitura e, principalmente, de sua existência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 2002.

Recebido em: 09 de junho de 2008.

Aprovado em: 27 de junho de 2008.